



Número: **0809689-50.2019.8.20.5106**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **10/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAO TASSIO DA COSTA AMERICO (EXEQUENTE)		ADASON CABRAL (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (EXECUTADO)		ODETE CLARA COSTA PIMENTA NETA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
59905543	14/09/2020 20:33	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - JOAO TASSIO X SEGURADORA LIDER	Execução / Cumprimento de Sentença
59905544	14/09/2020 20:33	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - JOAO TASSIO X SEGURADORA LIDER	Petição
59905545	14/09/2020 20:33	PLANILHA	Planilha de Cálculos
59428237	02/09/2020 16:23	Certidão Trânsito em Julgado	Certidão Trânsito em Julgado
57906791	23/07/2020 10:08	Sentença	Sentença

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ANEXO EM PDF.



**AO JUÍZO DA SEXTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORÓ
- RIO GRANDE DO NORTE**

C/Ref. Proc. N. 0809689-50.2019.8.20.5106

JOAO TASSIO DA COSTA AMERICO, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe que move em face da **SEGURADORA DPVAT**, vem, perante Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado, requerer o **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** aduzindo o que se segue:

I - AUSÊNCIA DE PAGAMENTO VOLUNTÁRIO DOS VALORES A TÍTULO DE CONDENAÇÃO – PROSSEGUIMENTO DO FEITO - EFETIVIDADE DA DECISÃO JUDICIAL – ADIMPLEMENTO DE PRODUTO JULGADO – IMPOSIÇÃO LEGAL - MEDIDA QUE SE IMPÕE

Rua Desembargador Silvino Bezerra
nº 168 - Presidente Costa e Silva
Mossoró/RN - CEP 59.628-350

adason@cabralecabral.com
daniela@cabralecabral.com
(84) 9 9927.2651 / 9 9927.2652



A execução de sentença é o meio pelo qual se busca dar efetividade ao provimento jurisdicional oriundo de decisão judicial. Com o afã de se buscar o adimplemento de direito reconhecido por decisão judicial, a lei criou instrumentos capazes de materializar referido adimplemento, como por exemplo, a penhora através do BANCEJUD, RENAJUD e INFOJUD.

Pois bem, após as primeiras linhas, abstrai dos autos que o executado foi condenado por sentença transitada em julgado (ID 59428237) ao pagamento de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais) a título de indenização securitária, conforme se aferi da sentença anexa ao id 57906791.

Com efeito Exa., a referida sentença transitou em julgado em 25/08/2020 o que a torna em definitivo título judicial executável, haja vista que até o presente momento a executada não realizou o pagamento de forma voluntária dos valores descritos na decisão judicial, conforme se abstrai dos autos.

Destarte, através do demonstrativo abaixo, verifica-se os valores devido a exequente com os indexadores definidos na sentença a título de indenização securitária é de R\$ 5.154,42. *In fine*:

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	ATUALIZAÇÃO - INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA
Valor Nominal	R\$ 3.375,00
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pro-rata die.
Período da correção	7/10/2016 a 31/8/2020
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	15/8/2019 a 31/8/2020
Multa (%)	10 %
Honorários (%)	10 %



Dados calculados		
Fator de correção do período	1424 dias	1,119614
Percentual correspondente	1424 dias	11,961378 %
Valor corrigido para 31/8/2020	(=)	R\$ 3.778,70
Juros(382 dias-12,73333%)	(+)	R\$ 481,15
Multa (10%)	(+)	R\$ 425,99
Sub Total	(=)	R\$ 4.685,84
Honorários (10%)	(+)	R\$ 468,58
Valor total	(=)	R\$ 5.154,42

Após a aplicação dos indexadores definidos em sentença judicial conforme planilha anexa, ainda há de compor o valor objeto da execução as multas previstas no § 1º do art. 523 do CPC, bem como os honorários advocatícios estes arbitrados no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) importando o crédito devido a exequente a soma de R\$ 5.454,42 (cinco mil cento e cinquenta reais e quarenta e dois centavos).

Isto posto Exa., a executada é devedora do valor de R\$ 5.454,42 (cinco mil cento e cinquenta reais e quarenta e dois centavos) sendo certo que este é meio eficaz do exequente buscar o adimplemento do seu crédito.

É o que requer, pede deferimento.

II - DOS PEDIDOS

Pelo exposto, é a presente para REQUERER de Vossa Excelência, tendo em vista o trânsito em julgado da sentença, e em face do manifesto inadimplemento do executado, o que segue:

a) Que este Juízo com o afã de concretizar a medida judicial já indubitavelmente controversamente descumprida consoante documentos anexo, condene e determine a expedição de MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO, para penhorar tantos quantos bens forem



encontrados suficientes a cobertura do crédito do exequente no valor de R\$ 5.454,42 (cinco mil cento e cinquenta reais e quarenta e dois centavos), dando-se prioridade da penhora em forma de BLOQUEIO em espécie pelo sistema on-line do BACENJUD em contas e aplicações financeiras, de propriedade do devedor, que tem CNPJ nº 09.248.608/0001-04, liberando, consequentemente, através de alvará judicial, o valor outrora penhorado em favor do exequente, ante os fatos e fundamentos ora suscitados;

c) Requer Outrossim, a intimação do executado para caso queira, oferecer a impugnação a presente execução nos termos da lei processual civil;

É o que requer. Pede deferimento.

Mossoró/RN, 14 de setembro de 2020.

ADASON CABRAL

Advogado – OAB/RN 8.512





Cálculo de Atualização Monetária

Dados básicos informados para cálculo

Descrição do cálculo	ATUALIZAÇÃO - INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA
Valor Nominal	R\$ 3.375,00
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pro-rata die.
Período da correção	7/10/2016 a 31/8/2020
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	15/8/2019 a 31/8/2020
Multa (%)	10 %
Honorários (%)	10 %

Dados calculados

Fator de correção do período	1424 dias	1,119614
Percentual correspondente	1424 dias	11,961378 %
Valor corrigido para 31/8/2020	(=)	R\$ 3.778,70
Juros(382 dias-12,73333%)	(+)	R\$ 481,15
Multa (10%)	(+)	R\$ 425,99
Sub Total	(=)	R\$ 4.685,84
Honorários (10%)	(+)	R\$ 468,58
Valor total	(=)	R\$ 5.154,42

Memória analítica do cálculo

Valor inicial	3.375,00
Data inicial	7/10/2016
Data final	31/8/2020
Periodicidade	Mensal
Metodologia de cálculo	Calculado pro-rata die.

Termo inicial	Termo final	Variação do período	Valor
7/10/2016	1/11/2016	0,1371 (%)	3.379,63
1/11/2016	1/12/2016	0,0700 (%)	3.381,99
1/12/2016	1/1/2017	0,1400 (%)	3.386,73
1/1/2017	1/2/2017	0,4200 (%)	3.400,95
1/2/2017	1/3/2017	0,2400 (%)	3.409,11
1/3/2017	1/4/2017	0,3200 (%)	3.420,02
1/4/2017	1/5/2017	0,0800 (%)	3.422,76
1/5/2017	1/6/2017	0,3600 (%)	3.435,08
1/6/2017	1/7/2017	-0,3000 (%)	3.424,78
1/7/2017	1/8/2017	0,1700 (%)	3.430,60
1/8/2017	1/9/2017	-0,0300 (%)	3.429,57
1/9/2017	1/10/2017	-0,0200 (%)	3.428,88
1/10/2017	1/11/2017	0,3700 (%)	3.441,57
1/11/2017	1/12/2017	0,1800 (%)	3.447,76
1/12/2017	1/1/2018	0,2600 (%)	3.456,73
1/1/2018	1/2/2018	0,2300 (%)	3.464,68
1/2/2018	1/3/2018	0,1800 (%)	3.470,91
1/3/2018	1/4/2018	0,0700 (%)	3.473,34
1/4/2018	1/5/2018	0,2100 (%)	3.480,64
1/5/2018	1/6/2018	0,4300 (%)	3.495,61
1/6/2018	1/7/2018	1,4300 (%)	3.545,59
1/7/2018	1/8/2018	0,2500 (%)	3.554,46
1/8/2018	1/9/2018	0,0000 (%)	3.554,46
1/9/2018	1/10/2018	0,3000 (%)	3.565,12
1/10/2018	1/11/2018	0,4000 (%)	3.579,38
1/11/2018	1/12/2018	-0,2500 (%)	3.570,43
1/12/2018	1/1/2019	0,1400 (%)	3.575,43

/correcao2.asp?descricao=ATUALIZA%C7%C3O+-+INDENIZA%C7%C3O+SECURIT%C1RIA+&valor=3375%2C00&diainiSelect=7&mesini... 1/2



Assinado eletronicamente por: ADASON CABRAL - 14/09/2020 20:33:27

<https://pje1g.trj.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091420332707000000057481408>

Número do documento: 20091420332707000000057481408

14/09/2020

DrCalc / EasyCalc- Cálculos financeiros e judiciais pela web

1/1/2019	1/2/2019	0,3600 (%)	3.588,30
1/2/2019	1/3/2019	0,5400 (%)	3.607,68
1/3/2019	1/4/2019	0,7700 (%)	3.635,46
1/4/2019	1/5/2019	0,6000 (%)	3.657,27
1/5/2019	1/6/2019	0,1500 (%)	3.662,76
1/6/2019	1/7/2019	0,0100 (%)	3.663,12
1/7/2019	1/8/2019	0,1000 (%)	3.666,79
1/8/2019	1/9/2019	0,1200 (%)	3.671,19
1/9/2019	1/10/2019	-0,0500 (%)	3.669,35
1/10/2019	1/11/2019	0,0400 (%)	3.670,82
1/11/2019	1/12/2019	0,5400 (%)	3.690,64
1/12/2019	1/1/2020	1,2200 (%)	3.735,67
1/1/2020	1/2/2020	0,1900 (%)	3.742,76
1/2/2020	1/3/2020	0,1700 (%)	3.749,13
1/3/2020	1/4/2020	0,1800 (%)	3.755,88
1/4/2020	1/5/2020	-0,2300 (%)	3.747,24
1/5/2020	1/6/2020	-0,2500 (%)	3.737,87
1/6/2020	1/7/2020	0,3000 (%)	3.749,08
1/7/2020	1/8/2020	0,4400 (%)	3.765,58
1/8/2020	31/8/2020	0,3484 (%)	3.778,70
Acréscimos de juro, multa e honorários			
Juros(382 dias-12,73333%)	(+)		R\$ 481,15
Multa (10%)	(+)		R\$ 425,99
Sub Total	(=)		R\$ 4.685,84
Honorários (10%)	(+)		R\$ 468,58
Valor total	(=)		R\$ 5.154,42

Retornar Imprimir





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 4º andar, Presidente Costa e Silva

Mossoró-RN CEP 59625-410

Processo nº: 0809689-50.2019.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Parte Autora: ADASON CABRAL CPF: 011.025.464-37, JOAO TASSIO DA COSTA AMERICO CPF: 116.367.864-30

Parte Ré: SEGURADORA DPVAT CNPJ: 09.248.608/0001-04

CERTIDÃO

Certifico que a sentença de ID nº 57906791 transitou em julgado no dia 25/08/2020.

O referido é verdade; dou fé.

Mossoró/RN, 2 de setembro de 2020.

ANGELA DE OLIVEIRA VASCONCELOS

Auxiliar Técnica





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0809689-50.2019.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOAO TASSIO DA COSTA AMERICO

RÉU: SEGURADORA DPVAT

SENTENÇA

Ementa: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO POR ACIDENTE COM VEÍCULO AUTOMOTOR (DPVAT). INVALIDEZ PERMANENTE. APLICAÇÃO DOS ARTS. 3º, § 1º, INCISOS I E II DA LEI 6.194, DE 19.12.1974, COM A INOVAÇÃO DA LEI Nº 11.945/2009, VIGENTE DESDE 16 DE DEZEMBRO DE 2008. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 544 DO STJ. LAUDO DE EXAME DE CORPO DELITO CONCLUSIVO PELA DEFORMIDADE PERMANENTE NA VÍTIMA. QUANTIFICADO O PERCENTUAL DE DEBILIDADE PARCIAL DO PÉ ESQUERDO EM 50%, CONFORME ANEXO À NOVA REDAÇÃO DA LEI Nº 6.194/1974. CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO (SÚMULA 580 DO STJ). JUROS DE MORA INCIDENTES DESDE A CITAÇÃO. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART.487, I, DO CPC.

Vistos etc.

1- DO RELATÓRIO:



Cuidam-se estes autos de Ação de Cobrança, ajuizada sob o pálio da gratuidade da justiça (art. 98 do CPC/2015), por JOAO TASSIO DA COSTA AMERICO, em desfavor de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, ambos devidamente qualificados nos autos, objetivando receber o pagamento do capital de seguro obrigatório DPVAT por invalidez, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), em face de acidente com veículo automotor, ocorrido no dia 07 de Outubro de 2016, por volta das 2h, resultando-lhe sequelas físicas permanentes.

No despacho de ID nº 47195257, foi deferido o pedido de gratuidade judiciária.

Citada, a parte ré apresentou defesa (ID nº 48121283), alegando preliminarmente a ausência de requerimento administrativo, a ausência de nexo causal em virtude do boletim de ocorrência e a ausência de documento imprescindível ao deslinde do feito (Laudo do IML). No mérito, aduziu que as lesões sofridas pela autora em razão do acidente não estão configuradas em grau máximo, sendo necessário o lastro comprobatório merecido. Ao final, requer a improcedência dos pleitos autorais.

Ainda, a ré argumentou que os juros de mora seriam devidos apenas a partir da sua citação e a correção monetária deveria ser computada a partir da propositura da demanda, afirmando também pela fixação da verba honorária advocatícia sucumbencial em até 10%.

Após, a parte autora apresentou impugnação à contestação (ID nº 49415787) rebatendo os pontos alegados na peça de defesa da ré.

Em petição de ID nº 56492571, a parte autora pugna pela juntada do laudo pericial confeccionada no processo anterior como elemento de prova emprestada a ser utilizado no processo em tela, no qual foi deferido em Decisão de ID nº 56631575.

Laudo pericial constante no ID nº 56492573.

Ambas as partes manifestaram-se acerca do laudo pericial, nos ID nº 56796179 (autora) e 57301292 (ré).

Assim, vieram os autos conclusos para deslinde.

2- DA FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 – DAS PRELIMINARES SUSCITADAS

2.1.1 – AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

A seguradora alega em sede de contestação a preliminar de ausência de interesse de agir ante a não existência de requerimento administrativo prévio, no entanto, em ID nº 44220158 verifica-se que houve a comprovação que o autor entrou com o requerimento administrativo.



2.1.2 – AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL

Não merece respaldo a alegação da seguradora ré quanto a ausência de nexo causal, visto que este NÃO É documento indispensável bem como a Lei não estabelece nenhuma restrição nesse sentido. Portanto, resta possível analisar o nexo causal através de outros documentos, tais como o próprio prontuário de atendimento e laudo pericial realizado em juízo.

Assim, a alegação da demandada é insuficiente para desconstituir o direito do autor, o qual, comprovou devidamente sua invalidez parcial, devendo receber a indenização nos termos dos arts. 3º, § 1º, incisos I e II, e 5º da Lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com a redação que lhe fora dada pela lei 11.945/2009.

2.1.3 - AUSÊNCIA DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL

No que pertine à preliminar arguida pela seguradora, tem-se que esta não merece prosperar, eis que já é entendimento consolidado nos Tribunais de que não há imprescindibilidade de que a parte autora acoste junto à inicial o Laudo do Instituto Médico Legal.

Neste contexto, a perícia médica judicial devidamente realizada e comprovada nos autos supre completamente a falta do documento mencionado no parágrafo precedente, não havendo que se falar no acolhimento da preliminar em questão.

2. 2 – DO MÉRITO

Pretende o autor receber indenização relativa ao Seguro Obrigatório DPVAT, decorrente de acidente com veículo automotor em que fora vítima, e que provocou lesões incapacitantes permanentes, encontrando essa pretensão amparo nos arts. 3º, § 1º, incisos I e II, e 5º da Lei 6.194, de 19.12.1974, com a inovação da Lei nº 11.942/2009, vigente desde o dia 16.12.2008 (art. 33, IV, "a", do aludido diploma legal), e que se aplica para acidentes ocorridos antes e após a sua entrada em vigor, seguindo entendimento já sumulado (544) pelo egrégio Superior Tribunal de Justiça, a saber:

É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008.

Assim, dispõem os aludidos dispositivos legais, litteris:

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou



parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; (...)

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais."

Ainda, em seu artigo quinto: *"Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado".*

Note-se que o art. 5º da Lei nº 6.194/1974 consagra a responsabilidade objetiva da companhia seguradora, posto que dispensa a comprovação da culpa para o pagamento da verba indenizatória postulada, exigindo apenas a prova do acidente (prontuário médico no ID nº 44220147, pág. 1) e do dano, este, consistindo nas lesões advindas do sinistro que resultaram no estado de incapacidade permanente do autor, devidamente provado pelo laudo de ID nº 56492573.

Em manifestação ao laudo (ID nº 57301292), a demandada afirma que há discordância entre o laudo judicial e o prontuário médico acostado, ressaltando que não há nos autos documento capaz de comprovar a debilidade verificada pelo perito. Entretanto, deve-se mencionar que ainda que assim fosse, este não é suficiente para desconstituir o laudo produzido em juízo, visto que o perito nomeado não



encontra-se restrito ao que há nos boletins de atendimento, podendo este realizar sua análise a partir dos seus conhecimentos técnicos e produzir laudo pericial com força probatória suficiente ao exame da questão.

A propósito da extensão das lesões, observou-se que o grau de invalidez apurado corresponde ao comprometimento parcial do pé esquerdo em 50%, resultando, segundo o anexo instituído na Lei nº 11.945/2009, na obrigação de pagar ao segurado o valor de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais).

Logo, faz jus o autor à indenização prevista nos arts. 3º, § 1º, incisos I e II, e 5º da Lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com a redação que lhe fora dada pela lei 11.945/2009, no valor de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), ao qual se devem acrescer juros de mora, no patamar de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, e correção monetária, com base no INPC-IBGE, a contar da data do evento danoso, conforme tese consolidada no Superior Tribunal de Justiça, na súmula 580, a qual estabelece:

“A correção monetária nas indenizações de seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no parágrafo 7º do artigo 5º da Lei 6.194/74, redação dada pela Lei 11.482/07, incide desde a data do evento danoso”

3- DO DISPOSITIVO:

Do exposto, na conformidade do art. 487, inciso I, do Código de Ritos, extingo o processo com resolução do mérito, julgando PROCEDENTE, a pretensão formulada na inicial por JOAO TASSIO DA COSTA AMERICO para condenar a ré SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT a pagá-lo o valor de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais) referente ao capital DPVAT, acrescido de correção monetária, com lastro no INPC-IBGE, a partir do evento danoso, e juros de mora, incidentes a partir da citação, à base de 1% (um por cento) ao mês.

Considerando a ocorrência de sucumbência recíproca, condeno ambas as partes ao pagamento de custas e honorários advocatícios na proporção de 70% (setenta por cento) a cargo da parte autora e 30% (trinta por cento) para a parte demandada. Outrossim, arbitro os honorários em R\$ 1.000,00 (mil reais) em observância ao art. 85, § 3º do CPC, devendo ser observadas as proporções estabelecidas em face da sucumbência recíproca.

Sendo a parte beneficiária da Justiça Gratuita, fica a execução da verba honorária condicionada ao disposto no art. 98, §3º, do CPC.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.



MOSSORÓ/RN, 23 de julho de 2020.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

